

## A INSERÇÃO SOCIAL DO ESPIRITISMO NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL, DÉCADAS DE 1930 E 1940

BRUNO CORTÊS SCHERER\*

BEATRIZ TEIXEIRA WEBER\*\*

### Introdução

Elaborado na França, em 1857, por Allan Kardec, o espiritismo<sup>1</sup> define-se como uma doutrina científica, filosófica e religiosa que no Brasil obteve ampla difusão em fins do século XIX e início do século XX, contando atualmente com um expressivo número de adeptos religiosos entre a população brasileira.<sup>2</sup> Além disso, pode-se considerar sua inserção no campo cultural através de uma abundante produção editorial, bem como da presença recorrente de temáticas espíritas em filmes, telenovelas e peças teatrais nacionais.

Conformando-se em terras brasileiras enquanto uma religião letrada e preocupada com a prática da caridade, sua imagem pública está vinculada à promoção de um conjunto diversificado de atividades assistenciais desenvolvidas por instituições espíritas presentes em todo o país. Embora não se equiparem ao volume de pesquisas dedicadas a outras formas de religiosidade, tais como o catolicismo e as religiões afro-brasileiras, os estudos sobre a trajetória do movimento espírita no Brasil têm se desenvolvido nos últimos anos com diversas produções nas áreas de História, Sociologia e Antropologia.

---

\* Graduação em História - UFSM. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História – UFSM na linha de pesquisa “Migrações e Trabalho”. Bolsista CAPES. Email: brunocs.hist@gmail.com

\*\* Doutorado em História - UNICAMP, Pós-doutorado em História das Ciências da Saúde - COC/FIOCRUZ. Professora associada no Departamento de História – UFSM. Email: beatriztweber@gmail.com

<sup>1</sup> Ao longo deste trabalho, o termo “espiritismo” será utilizado exclusivamente para designar a doutrina elaborada por Allan Kardec, não indicando outras formas de religiosidade também caracterizadas pela prática mediúmica como é o caso da Umbanda, religião originada no Brasil na década de 1920, por vezes referida como “Espiritismo Umbandista”, “Espiritismo de Umbanda” ou ainda “Baixo Espiritismo”.

<sup>2</sup> Segundo dados apresentados no Censo Demográfico 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), seus adeptos passaram de 1,3% da população (2,3 milhões) em 2000, para 2,0% (3,8 milhões) em 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/default.php>> Acesso em: 15 mar. 2013.

Através de um olhar interdisciplinar tais estudos apresentam contribuições significativas para a compreensão do processo de difusão e inserção dessa perspectiva religiosa na sociedade brasileira. Um aspecto frequentemente destacado, notadamente por autores como Damázio (1994), Giumbelli (1997), Silva (2005) e Arribas (2010), são as ações sociais desenvolvidas pelo movimento espírita brasileiro em benefício de segmentos economicamente desfavorecidos da população, as quais teriam contribuído significativamente para a aceitação e difusão da doutrina kardecista no país.

Tais ações estão diretamente vinculadas à concepção espírita de caridade que surge enquanto elemento mobilizador de intervenções práticas no meio social, especialmente, nas áreas da saúde e educação. Por outro lado, trata-se de um aspecto que na história do espiritismo no Brasil relaciona-se a conjuntura sociopolítica e a dinâmica do campo religioso, sobretudo, nas décadas de 1930 e 1940, dada a reaproximação do Estado com a Igreja Católica em função da convergência de interesses entre esses agentes.

Dessa forma, esses estudos evidenciam as complexas relações entre religião, sociedade e Estado na primeira metade do século XX, pontuadas por debates, tensões e assimilações, a partir das quais se efetivaram a organização do movimento espírita e a definição de suas estratégias de legitimação social. Um processo que se desenvolveu a partir do centro do país, mas que obteve ampla repercussão através da ação de instituições representativas como a Federação Espírita Brasileira (FEB), fundada em 1884, que despendeu grandes esforços em prol da unificação do movimento espírita nacional.

Autores como Weber (1999), Miguel (2007) e Gil (2008), identificam tais perspectivas na organização do movimento espírita no Rio Grande do Sul, onde, além das iniciativas assistenciais, as aproximações teóricas com a homeopatia, a maçonaria e o positivismo contribuíram para a aceitação da doutrina kardecista. É nesse sentido que consideramos as potencialidades de investigação sobre essa temática no Estado, na medida em que diversas instituições possuem acervos documentais de suas atividades, evidenciando sua organização e as preocupações de seus adeptos em relação à inserção social que devem realizar.

Neste artigo discutimos os resultados preliminares de uma pesquisa que pretende analisar as ações sociais desenvolvidas por instituições espíritas em Santa Maria, município

da região central do Rio Grande do Sul. O estudo concentra-se nas décadas de 1930 e 1940, período a partir do qual pretende-se analisar de que forma as entidades espíritas se organizaram e desenvolveram suas atividades, observando suas motivações, objetivos e as consequências de suas intervenções no meio social.

Deste modo, considerando tais ações enquanto estratégias de inserção no contexto da sociedade local, tendência que também se processou em diversas regiões do Estado e do Brasil. Assim, apresentamos as reflexões realizadas em torno da trajetória de uma das principais instituições desta cidade, a Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade, cujas ações ao longo de grande parte do século XX estiveram voltadas ao atendimento de crianças em situação de vulnerabilidade social.

A importância de tratarmos sobre as organizações espíritas em Santa Maria justifica-se em função do crescimento considerável que essas instituições e o espiritismo obtiveram numa cidade onde, nas primeiras décadas do século XX, o catolicismo apresentava-se como a principal perspectiva religiosa e com projeção em níveis estadual e nacional. Dessa forma, o estudo proposto também pretende averiguar elementos capazes de elucidar sobre a organização do movimento espírita e, por conseguinte, sobre a diversidade religiosa na região.

Pretendemos situar brevemente a trajetória do espiritismo na cidade, considerando o contexto do campo religioso local nas primeiras décadas do século XX, seguindo-se pela exposição da trajetória da Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade. Por fim, a partir desse estudo de caso, apresentamos considerações sobre o papel das ações sociais espíritas no processo de inserção e legitimação do espiritismo no interior do Rio Grande do Sul.

## **O espiritismo em Santa Maria – RS**

Situada numa região de trânsito entre o litoral e o interior do Rio Grande do Sul, a cidade de Santa Maria foi fundada em 1858, destacando-se desde então pela atividade comercial e por sua diversidade cultural. Elementos que se intensificaram com o advento da ferrovia, em 1885, com a inauguração da linha Cachoeira do Sul – Santa Maria, o que

proporcionou grande desenvolvimento econômico e social para a região. Segundo Vécio (2010), a cidade apresentou um crescimento populacional considerável nesse período, passando de 13.000 habitantes, em 1895, para 30.185 em 1900.

Esse afluxo populacional resultou numa reconfiguração do espaço urbano em função das demandas por serviços públicos e particulares que então foram ampliados. No início da década de 1920, a cidade contava com uma diversificada oferta de comércio, escolas de diversas congregações e também variadas igrejas de confissões católica, metodista, anglicana, entre outras. Tratava-se de uma cidade de porte médio, então considerada o entroncamento ferroviário mais importante do sul do Brasil, tendo em vista o alcance da malha ferroviária que então ligava Santa Maria a outras regiões do Estado e do país.

As origens do movimento espírita na região remontam a esse contexto e à fundação da Sociedade Espírita Paz, Amor e Caridade na localidade de Água Boa, atual distrito de Arroio do Só, em 1903. A primeira instituição que se tem registro na sede do município data de 1910, a Sociedade Espírita Mont'Alverne, seguida, em 1915, pela Sociedade Espírita Dr. Bezerra de Menezes. E em 1921, foi criada a Aliança Espírita Santa-Mariense (AES), com o objetivo de reunir e orientar os grupos espíritas locais. De fato, foi a partir da década de 1920 que o espiritismo começou a se articular na cidade, com a fundação de importantes instituições nos anos subsequentes, muitas das quais se dedicaram à promoção de serviços assistenciais.

A hipótese de trabalho que norteou o estudo sobre atuação da Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade considerou que as ações sociais promovidas por essa instituição, a exemplo de outras no mesmo período, foram fundamentais para a inserção do espiritismo num contexto em que o catolicismo almejava uma posição hegemônica no campo religioso. A esse respeito, Biasoli (2010) e Borin (2010)<sup>3</sup> destacam os processos de reforma e restauração

---

<sup>3</sup> O estudo de Biasoli (2010) analisa o processo de afirmação do catolicismo na cidade de Santa Maria através da atuação da Pia Sociedade das Missões (PSM) a partir da década de 1870. Segundo o autor, fundamentados na doutrina ultramontana, os padres palotinos estenderam sua influência sobre a população imigrante da região e rapidamente projetaram-se no centro urbano com ações que resultaram na ampliação da base social da Igreja Católica na região. Partindo de considerações semelhantes, o estudo de Borin (2010) analisa esse processo a partir dos conflitos e tensões do campo religioso nas primeiras décadas do século XX, observando as estratégias de inserção e legitimação social católicas, cujo êxito teria conferido ao catolicismo uma situação de preponderância na cidade.

católica na região central do Rio Grande do Sul, os quais tiveram em Santa Maria seu principal pólo difusor ao longo das últimas décadas do século XIX.

Nesse sentido, em meio à diversidade do campo religioso local, a situação desconfortável vivida pela Igreja católica na região durante as décadas anteriores, marcada por críticas e conflitos com metodistas e maçons, passou a se alterar positivamente. Para tanto, no início do século XX, o clero católico local, em consonância com as orientações do episcopado brasileiro, lançou mão de uma série de investimentos, tanto na esfera especificamente religiosa, quanto nas áreas da educação, saúde e assistência social.

Esse movimento, que também contou com a aproximação entre a Igreja Católica e os poderes públicos, processou-se ao longo das três primeiras décadas do século XX em meio a disputas e conflitos com outras perspectivas religiosas. Não obstante essas tensões, as aspirações hegemônicas do catolicismo no campo religioso local foram alcançadas ao longo da década de 1930, o que foi favorecido pelo restabelecimento das relações entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro durante a “Era Vargas”.

Com vistas a combater o avanço das ideias socialistas e comunistas entre o operariado, sobretudo, após a Revolução Soviética de 1917 e da criação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, o clero católico buscou uma maior aproximação com as classes operárias. Isso se processou através do ensino escolar e da organização e assistência a “classe trabalhista” através dos Círculos Operários Católicos, movimento que se originou no Rio Grande do Sul ao longo da década de 1920 e se difundiu para outras regiões do Brasil. Essa ação da igreja era fundamental numa cidade como Santa Maria, onde havia um contingente considerável de trabalhadores ligados à viação férrea.

Tendo em vista suas preocupações em controlar o operariado e combater o comunismo, o regime varguista encontrou na Igreja Católica uma importante aliada. De sua parte, a igreja vislumbrou nessa aliança a possibilidade de ampliar sua base social, o que lhe permitiria não apenas combater o “comunismo ateu”, como também se impor como a religião hegemônica no país em detrimento das igrejas protestantes, evangélicas, das religiosidades afro-brasileiras e do próprio espiritismo.

Contudo, de acordo com Borin (2010), foi a propagação da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, a partir de 1930, que veio a consolidar o projeto de Restauração Católica<sup>4</sup> em Santa Maria e também no Rio Grande do Sul. Tal devoção teve origem na interpretação do clero local sobre os desdobramentos da chamada Revolução de 1930, segundo a qual Santa Maria fora poupada de confrontos entre o exército e as forças revolucionárias em função da proteção da Virgem Maria.

Essa perspectiva difundiu-se rapidamente ganhando a adesão da população, o que deu margem para a construção da devoção, que num espaço de tempo relativamente curto ganhou a região e projetou-se em níveis estadual e nacional. Já em 1931 foi realizada a primeira romaria em honra a Nossa Senhora Medianeira e, em 1942, os bispos do Rio Grande do Sul proclamaram-na como a padroeira do Estado, tendo início no ano seguinte as romarias estaduais. A conversão de Santa Maria em um importante centro de peregrinação religiosa conferiu reconhecimento e apoio do poder civil à Igreja Católica, o que por sua vez garantiu sua preponderância na cidade.

Dessa forma, percebe-se que a articulação do espiritismo em Santa Maria deu-se num contexto de disputas no campo religioso, o que exigiu a tomada de posição dos espíritas e a formulação de estratégias que lhes permitissem lidar com essas oposições e garantir a consolidação da doutrina na cidade. Essa conjuntura local refletia a delicada situação vivida pelo movimento espírita brasileiro nas décadas de 1930 e 1940. No plano interno, envolvido em disputas e debates em torno de sua unidade. Externamente, alvo de constrangimentos não apenas em função das oposições da Igreja Católica, mas também da medicina oficial e da legislação vigente que criminalizava suas práticas de saúde.

Diante disso, na medida em que a Federação Espírita Brasileira (FEB) despontava como instituição dirigente, a estratégia adotada pelo espiritismo foi o afastamento de práticas que o colocassem em conflito com esses agentes e as instâncias jurídicas. A adoção de uma

---

<sup>4</sup> Segundo Borin (2010), o Projeto de Restauração Católica, iniciado no Brasil na década de 1840, intensifica-se a partir de 1899, no Concílio Plenário dos Bispos da América Latina, convocado pelo papa Leão XIII. No Brasil, as deliberações do concílio fortaleceram o processo de romanização como parte dos esforços da Igreja Católica brasileira em lidar com a separação entre a Igreja e o Estado, a partir do advento do regime republicano, em 1889, e da Constituição de 1891 que decretou a liberdade de culto, fatores que conduziram a uma situação de pluralidade e concorrência no campo religioso brasileiro, rompendo com a hegemonia do catolicismo.

postura não conflitiva e de neutralidade político-partidária foi a ordem do dia em relação ao Estado varguista. Tais iniciativas foram viabilizadas pela conformação de um modelo de espiritismo religioso centrado na ideia de caridade, a qual veio definir a promoção de ações sociais como uma das principais formas de legitimação social do espiritismo no país.

Tanto os debates em torno da unificação espírita como as ações a serem tomadas frente às oposições recebidas foram acompanhadas no Rio Grande do Sul, assim como em outras regiões, e tiveram seu respectivo impacto sobre a organização dos grupos espíritas. Nossa reflexão sobre esse processo se dá a partir da atuação da Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade no interior do Estado, onde o movimento espírita local, atento às discussões e orientações em nível nacional, buscou implementar estratégias similares para garantir sua permanência e atuação no campo religioso.

As principais evidências de análise provêm do amplo e diversificado acervo documental da instituição, sobretudo, os livros de atas de reuniões e os relatórios anuais de atividades, cuja qualidade e quantidade dos elementos que apresentam são capazes de elucidar sobre sua situação administrativa e organizativa. A análise documental fundamenta-se nos elementos de criticidade e no diálogo entre evidências e conceitos teóricos, mediante a formulação e verificação de hipóteses, propostos por Le Goff (2001) e Thompson (1981).

## **A Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade**

Segundo os registros documentais, a Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade (SEFEC) foi fundada em 13 de abril de 1927, a partir da iniciativa de um grupo de mulheres espíritas atuantes em Santa Maria. Somente em 1979, após mudanças estatutárias, foi permitida a associação efetiva de membros do sexo masculino, passando a instituição a denominar-se Sociedade Espírita Estudo e Caridade, como é conhecida atualmente. Apesar disso, na condição de colaboradores, vários homens participaram ativamente das atividades do grupo, entre eles Octacílio Aguiar, considerado um dos precursores do espiritismo na cidade,

e Fernando do Ó, coordenador dos trabalhos espirituais da instituição e importante liderança do movimento espírita local.

Há poucos indícios sobre as motivações em torno da criação de uma entidade de caráter essencialmente feminino, mas é provável que ela esteja relacionada às possibilidades de ação pública concebidas para as mulheres no início do século XX. De fato, especialmente a partir das décadas de 1930 e 1940, verifica-se nas ações desenvolvidas por essa instituição, além do dever moral e cristão concebido pelo espiritismo, uma racionalidade de cuidados que, segundo Martins (2011), passou a ser defendida de forma mais geral na sociedade brasileira pelos discursos da medicina, do serviço social e dos organismos governamentais, sobretudo, durante a “Era Vargas” com a organização do Estado de bem-estar.

Nessa perspectiva, os grupos a serem atendidos foram definidos como sendo os desamparados e vulneráveis, isto é, os enfermos, mulheres, crianças e idosos. Por sua vez, os agentes responsáveis por essas ações assistenciais pertenciam às classes médias e altas da sociedade, contando com uma importante atuação das mulheres. Esse parece ser caso das fundadoras da SEFEC, cujos cônjuges, também colaboradores da instituição, exerciam profissões de prestígio como comerciantes, médicos, jornalistas e advogados, com conexões públicas na sociedade santamariense das primeiras décadas do século XX.

No mais, o que se sabe em relação à constituição da SEFEC, segundo consta em sua ata de fundação, é que ela teria sido inspirada por uma comunicação espiritual de uma mulher chamada Guilhermina de Almeida que, através do médium Fernando do Ó, conclamava o grupo de mulheres a se organizarem a partir do estudo do espiritismo e da prática da caridade. Na ocasião, a denominação do grupo é justificada, sendo a ideia de “caridade, por termos assumido, perante Deus, o compromisso de ajudarmos tanto quanto possível, aos irmãos que sofrem sem distinção; Estudo, por termos sede do saber”.<sup>5</sup>

Essa justificativa evidencia a vinculação entre a divisa assumida pelo grupo e as perspectivas então definidas pelo movimento espírita brasileiro, as quais atribuem à prática da caridade uma importância central. De fato, todas as ações da instituição, desde o auxílio espiritual até a assistência material aos necessitados, estão fundamentadas nesses princípios,

---

<sup>5</sup> Ata n. 1, de 13 de abril de 1927. Livro de Atas n. 1. Acervo da Sociedade Espírita Estudo e Caridade.

os quais são frequentemente mencionados na documentação institucional, dada sua preocupação em justificar suas ações sociais.

Em 1928 foi empossada a primeira diretoria definitiva e aprovados os primeiros estatutos, sendo os fins da SEFEC definidos como o estudo, a prática e a difusão do espiritismo fundamentado nas obras de Allan Kardec. No mesmo ano, foi criada uma Diretoria de Assistência aos Necessitados, encarregada da arrecadação de alimentos, roupas e outros donativos voltados ao atendimento de pessoas desamparadas.<sup>6</sup>

Prosseguindo com este projeto assistencial, a instituição organizou, em 1932, o Abrigo Espírita Instrução e Trabalho, com o objetivo de atender crianças desamparadas da cidade. Essa instituição veio a tornar-se o centro de toda ação da SEFEC de forma que ao longo das décadas de 1930 e 1940, ela reuniu as condições estruturais necessárias ao oferecimento de uma série de serviços aos abrigados, às suas famílias e à sociedade em geral.

Estes foram definidos através do internato, alimentação, instrução profissional e religiosa, ensino escolar e cuidados médicos. Inicialmente, o Abrigo deveria receber meninas órfãs ou cujas famílias não dispusessem de recursos suficientes para mantê-las. Entretanto, nas décadas de 1940 e 1950, as atividades foram ampliadas com a fundação, em 1944, de uma Seção Masculina, no então distrito de Itaara, que funcionou como uma espécie de escola rural até 1956, proporcionando atendimento a meninos carentes da cidade e região.

Havia grande preocupação por parte da SEFEC em proporcionar ensino escolar e algum tipo de instrução profissional às crianças assistidas, especialmente nos casos de permanência prolongada, a fim de que quando deixassem a instituição fossem capazes de exercerem atividades remuneradas que garantissem seu sustento e de suas famílias. Tal preocupação relaciona-se a visão de mundo e aos valores morais concebidos pela doutrina espírita, mas também se aproxima das concepções sociais em voga na sociedade da época, sobretudo em relação à organização familiar e ao trabalho.

Ao analisarmos as ações sociais desenvolvidas por essa instituição consideramos que a religião, neste caso o espiritismo, e suas disposições doutrinárias é que fundamentam tais ações. Com efeito, a base de estímulo das mesmas encontra-se nas representações que o

---

<sup>6</sup> Ata n. 18, de 14 de janeiro de 1928. Livro de Atas n. 1. Acervo da Sociedade Espírita Estudo e Caridade.

espiritismo possui sobre o mundo social, as quais se inserem numa perspectiva progressista onde a prática da caridade exerce um papel fundamental enquanto trabalho, sendo esta condição para o progresso da sociedade.<sup>7</sup>

De fato, na visão espírita, a “marcha do progresso” não pode ser interrompida e cada indivíduo pode contribuir para seu próprio adiantamento e também para o da coletividade. Pois como afirma Kardec (KARDEC, 2007: 250) “nem todos progridem ao mesmo tempo e da mesma maneira. É nisto que os mais avançados contribuem para o progresso dos outros, pelo contato social”. Tal perspectiva nos remete novamente a concepção espírita de caridade que, englobando as dimensões moral e material, torna-se um meio de elevação para os indivíduos que dela se ocupam.

Por outro lado, também proporciona os meios para o avanço daqueles que dela se beneficiam, seja pelo esclarecimento moral e espiritual, seja através de auxílios materiais dos quais necessitam. A prática da caridade então surge como uma forma de trabalho, logo, uma via para o progresso em suas múltiplas dimensões. Daí a importância que esse ideal tem até hoje para o espiritismo e seus adeptos no desenvolvimento de suas ações sociais.

Essas considerações a respeito do ideário espírita nos permitem compreender mais claramente a atuação da SEFEC em Santa Maria, tendo em vista sua proposta de assistência a crianças carentes que associa instrução profissional e religiosa. Tais elementos são abundantes na documentação analisada e expressam a preocupação da instituição em atender as crianças com base nos postulados da doutrina espírita no que se refere à caridade e à possibilidade de transformação social por meio da educação e do trabalho, sendo, não por acaso, esses elementos expressos na denominação do Abrigo.

Um dos aspectos que recebeu especial atenção por parte da SEFEC, em complementaridade às perspectivas referentes à instrução profissional e religiosa, foi o ensino escolar, voltado inicialmente aos abrigados e, posteriormente, estendido a outras crianças

---

<sup>7</sup> A partir de Berger (1985) e Bourdieu (2007), consideramos a religião como um sistema de construção do mundo social que resulta do agir e pensar do homem em sociedade, exercendo, dessa forma, funções sociais explicativas, ordenadoras e legitimadoras. Disso decorre que cada sistema religioso, segundo os interesses de seus produtores, é capaz de formular uma interpretação de mundo, bem como os meios para legitimá-la e preservá-la. É dessa forma que o sistema de crenças espírita surge como norteador das ações de seus adeptos, pois ele também possui uma visão sobre o mundo social e, por conseguinte, das funções e objetivos dos indivíduos neste mundo em relação ao sagrado.

carentes da comunidade. Em 1934, foram organizadas as primeiras aulas para os abrigados, serviço que foi ampliado em 1952 com a criação da “Escola do Abrigo Espírita Instrução e Trabalho”, que contou com o respaldo das autoridades do município.

A assistência à saúde foi outra frente de atuação, também contemplando os abrigados, suas famílias e membros da comunidade local. Em 1940 foi inaugurado um ambulatório médico junto à instituição, destinado ao atendimento dos abrigados e dos alunos da escola. Anos mais tarde, foi construída uma enfermaria que, em 1952, foi transformada no Hospital Infantil Nenê Aquino Nessi, o qual proporcionou atendimento à comunidade em geral até o fim de suas atividades em 1963.

Os serviços de saúde deram-se pela atuação voluntária de conhecidos médicos da cidade, estudantes de medicina, enfermagem e odontologia, além de doações em medicamentos e outros suprimentos hospitalares. Infelizmente, não existem registros mais minuciosos sobre o funcionamento desses serviços, especialmente aqueles prestados pelo hospital. Contudo, por meio de descrições nos relatórios anuais de atividades e fotografias, inferimos que o mesmo possuía uma boa infraestrutura, dispo de prédio próprio, equipamentos e aparelhos cirúrgicos, o que atesta o grau de complexidade dos atendimentos.

De fato, as atividades oferecidas através Abrigo Espírita Instrução e Trabalho mobilizaram diversos esforços da SEFEC no sentido de angariar recursos humanos e materiais necessários a sua execução. Isso se efetivou através da colaboração voluntária de professores, médicos, dentistas e outros profissionais; doações de estabelecimentos comerciais e empresas; solicitações aos poderes públicos e realização de eventos beneficentes.

Em 1959, o Abrigo passou a denominar-se “Lar de Joaquina” em homenagem à Joaquina Flores de Carvalho, primeira diretora da instituição, e denominação pela qual a própria SEFEC tornou-se mais conhecida na cidade. Estima-se que entre 1932 e 1997, ano em que o regime de internato foi suspenso, a instituição tenha atendido cerca de 600 abrigados, a maioria em permanência prolongada.

## **O espiritismo e a sociedade santamariense**

Num contexto marcado pela afirmação da Igreja Católica, as instituições espíritas locais foram impelidas a buscar formas de inserção na sociedade, sendo as obras assistenciais uma das principais iniciativas para alcançar esse intento. Nesse sentido, acreditamos que elementos presentes na trajetória da SEFEC vêm a corroborar essa proposição. Para tanto, ao ponderar sobre as relações entre as instituições espíritas e diferentes segmentos da sociedade, baseamo-nos nas reflexões de Bourdieu (2007), sobretudo, os conceitos de *espaço social*, *campo* e *capital*, os quais permitem compreender a dinâmica das disputas entre diferentes agentes sociais considerando suas estratégias de ação.

Em primeiro lugar, destacam-se os nexos relacionais entre a SEFEC e o movimento espírita em níveis local, estadual e nacional, por meio de uma série de correspondências e intercâmbio de informações sobre a organização das instituições, eleição de suas diretorias, emissão e recebimento de materiais informativos, livros e periódicos. Também notificações sobre projetos sociais em desenvolvimento, bem como pedidos de auxílio para os mesmos, em termos de recursos financeiros, gêneros alimentícios, roupas e medicamentos.

Especialmente pelo contato mantido com a FEB e a Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS), entendemos que o grupo tinha conhecimento das discussões e propostas que se desenvolviam dentro do movimento espírita no período contemplado por nossa análise. Os periódicos *O Reformador* e *A Reencarnação*, respectivamente editados por essas federações, bem como algumas obras de Chico Xavier também estavam presentes no material de leitura e informação da SEFEC.

Esses meios de interação indicam a existência de uma rede de cooperação entre os grupos espíritas, o que certamente foi de grande importância para o desenvolvimento e continuidade de suas atividades. Além disso, possibilitariam que as instituições encontrassem orientação, tomando conhecimento das ações e estratégias a serem adotadas a fim de evitar atritos com outros agentes e instâncias da sociedade, na mesma medida em que procuravam estabelecer relações sociais favoráveis.

A esse respeito, também por meio dos registros de correspondentes, identificamos contatos com os poderes públicos municipais, estaduais e federais, órgãos de imprensa,

agências bancárias, instituições filantrópicas, empresas comerciais, militares e profissionais liberais. Como mencionamos anteriormente, esses agentes aparecem como colaboradores das atividades da instituição, por meio de subvenções, convênios e prestação de serviços.

Contudo, podemos considerar que o estabelecimento desses vínculos, especialmente com indivíduos de prestígio social (médicos, advogados, políticos e autoridades), tenha contribuído para o reconhecimento dessas ações pela sociedade santamariense. Com efeito, o fato de prestigiarem as solenidades e inaugurações dos serviços promovidos pela SEFEC, como se pode observar nos registros das atas, pode ter conferido aos mesmos um caráter positivo, enquanto ações de utilidade pública e, inclusive, moralmente louváveis na visão da comunidade em geral, independentemente de adesão ou não ao espiritismo.

Dessa forma, a SEFEC contava com o capital social desses indivíduos e também sua influência, por meio dos quais poderia obter mais facilmente auxílios e firmar parcerias para subsidiar suas atividades, mas também conquistar legitimidade para suas ações. Assim, consideramos que o espiritismo buscava fora do campo religioso<sup>8</sup> os subsídios que lhe permitiriam manter-se e atuar nesse espaço, o que evidencia a dinâmica inter-relacional dos diferentes campos sociais.

No mais, encontramos nas ações da SEFEC a mesma postura não conflitiva que foi a ordem do dia para grande parte do movimento espírita durante o governo Getúlio Vargas. Nesse sentido, de respeito às determinações legais justamente com vistas a evitar atritos com o Estado e a legislação vigente. Exemplo dessa postura são os relatórios de atividades, elaborados periodicamente e destinados aos associados e colaboradores da instituição.

Por fim, destacamos a participação da SEFEC no movimento espírita local, considerando sua atuação como de grande importância para o mesmo, tendo em vista a repercussão positiva de suas ações, dentro e fora dos meios espíritas. De fato, ela expressava um modelo de atuação, que como destacamos anteriormente, convergia para as aspirações do espiritismo brasileiro no tocante a sua legitimação e inserção social.

---

<sup>8</sup> A partir de Bourdieu (2007) entendemos o campo religioso como sendo constituído por um conjunto de relações de concorrência que os agentes religiosos, enquanto “corpo de especialistas” encarregados da produção, reprodução, gestão e difusão de bens religiosos, mantêm entre si no atendimento à demanda dos leigos, visando o monopólio da gestão dos bens de salvação. Ver BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 27-78.

No que tange ao campo religioso propriamente dito, não encontramos registros de conflitos entre a SEFEC e outras perspectivas religiosas da cidade. Contudo, esse é um aspecto a ser explorado futuramente, tendo em vista que a afirmação católica na cidade contou com iniciativas nas áreas da assistência social, saúde e educação. Assim, dada a abrangência das atividades promovidas pela SEFEC e outras instituições espíritas nessas mesmas áreas, não podemos descartar a possibilidade de concorrência e mesmo conflitos entre esses agentes.

## **Conclusão**

Diversas instituições espíritas criadas no Brasil nas primeiras décadas do século XX estiveram imbuídas das perspectivas gerais do movimento espírita, sobretudo, aquelas definidas e propagandeadas pela Federação Espírita Brasileira desde fins do século XIX. Dessa forma, em vários Estados brasileiros, dentre os quais o Rio Grande do Sul, grupos espíritas, a partir de uma noção de caridade que enfatizava o auxílio material aos necessitados, promoveram ações de caráter assistencial.

Tal perspectiva integrou um conjunto de estratégias adotadas pelo espiritismo brasileiro com vistas a garantir sua permanência e atuação no campo religioso, sobretudo, nas décadas de 1930 e 1940, contexto marcado pela afirmação da Igreja Católica a partir de sua reaproximação com o Estado. Assim, além de afastar-se de práticas que o colocassem em conflito com a medicina oficial, a legislação vigente e o Estado, o movimento espírita buscou legitimidade por meio de intervenções práticas no meio social.

Nesta exposição, ponderamos sobre esse processo através da trajetória da Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade e de sua atuação na cidade de Santa Maria – RS, considerando sua sintonia com os debates e as orientações do movimento espírita nacional. Com efeito, foi a partir das disposições doutrinárias do espiritismo, especialmente, a ideia de caridade, reforçadas nesse contexto, que essa instituição promoveu um conjunto diversificado de serviços em favor de setores economicamente desfavorecidos da população.

Essa foi a via pela qual a entidade conquistou seu espaço e reconhecimento social, o que é atestado por sua capacidade em reunir recursos nos mais diversos setores da sociedade local. Como procuramos demonstrar, o capital social angariado por meio da abrangência desses serviços e pelo apoio de indivíduos com prestígio social contribuiu não apenas para sua legitimação, mas também do próprio espiritismo na cidade.

O êxito dessa proposta é atestado pela continuidade e expansão dessas ações que adentraram o século XXI, à semelhança de outras instituições que surgiram a partir das décadas de 1930 e 1940. Dentre elas destacamos duas que serão contempladas futuramente por nossa pesquisa: o Instituto Espírita Leocádio José Correa, fundado em 1936, com atividades voltadas para a instrução profissional e assistência social em geral; e o Abrigo Espírita Oscar José Pithan, fundado em 1949, voltado para a assistência integral a idosos carentes e/ou em estado de abandono social.

Por fim, o estudo de casos como o da Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade apresenta-se como uma possibilidade para a compreensão da trajetória do espiritismo em Santa Maria e no Rio Grande do Sul enquanto um importante movimento social e religioso. Atualmente, a cidade conta com cerca de 42 sociedades espíritas organizadas e distribuídas por filiação entre duas entidades agremiadoras da cidade, a já referida Aliança Espírita Santa-Mariense e a União Municipal Espírita (UME-SM), criada em 1972, além de outros grupos que não mantêm filiação com tais entidades.

## Referências bibliográficas

ARRIBAS, Célia da Graça. **Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira.** São Paulo: Alameda, 2010.

BASTOS, Lauren Albrecht. **Representações e Práticas sobre Saúde e Doença entre Líderes e Praticantes dos Centros Espíritas em Santa Maria.** 2001.76f. Santa Maria:

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. Tradução José Carlos Barcelos. São Paulo: Editora Paulinas, 1985.

BIASOLI, Vitor. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870/1920)**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

BORIN, Marta Rosa. **Por um Brasil católico**: tensão e conflito no campo religioso da república. 2010. 369f. Tese (Doutorado em Estudos Históricos e Latino-Americanos), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DAMAZIO, Sylvia F. **Da elite ao povo**: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

GIUMBELLI, Emerson. **O cuidado dos mortos**: uma história da condenação e legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GIL, Marcelo de Freitas. **O movimento espírita pelotense e suas raízes sócio-históricas e culturais**. 2008. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. Tradução de Matheus Rodrigues de Camargo. 9. ed. Capivari – SP: Editora EME, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5º Ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Gênero e assistência:** considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. vol. 18, supl. 1. Rio de Janeiro, dez 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18s1/02.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2013.

MIGUEL, Sinuê Neckel. **Espiritismo unificado:** Movimento espírita brasileiro e suas relações com o Estado (1937-1951). 2007. 110 f. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SILVA, Fabio Luiz da. **Espiritismo:** História e Poder (1938-1949). Londrina: EDUEL, 2005.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O Crime do Padre Sório:** Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1925). Porto Alegre: Editora da UFRGS; Santa Maria: Editora UFSM, 2001.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As Artes de Curar. Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense.** Santa Maria/Bauru: EDUFISM/EDUSC, 1999.

## Sites consultados

Aliança Espírita Santa-Mariense.

Disponível em: <<http://www.aliancaespirita.com/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

União Municipal Espírita de Santa Maria.

Disponível em: <<http://umesm.blogspot.com/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

Sociedade Espírita Estudo e Caridade - Lar de Joaquina

Disponível em: <<http://www.lardejoaquina.com.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

## Fontes

1. Acervo histórico da Sociedade Espírita Estudo e Caridade

- Livro de Atas de Reuniões (1927-1970)
- Relatórios Anuais de Atividades (1953-1970)
- 2. Acervo histórico da Aliança Espírita Santamariense
  - Histórico da Aliança Espírita Santa-Mariense (1921-2001).
  - Texto “A Assistência Social”, 25 de agosto de 1945.
  - Anotações sobre a participação da Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade no Congresso Espírita, realizado em Porto Alegre, em outubro de 1945: Declarações e trechos dos periódicos A Reencarnação e O Reformador, outubro de 1945.